

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM
17-8-2017.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Após, foi apregoado o Memorando nº 008/17, do Presidente, informando que Idenir Cecchim representa externamente este Legislativo, no dia dezessete de agosto do corrente, no Grande Expediente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em homenagem aos 200 anos de missão marista no mundo, às quatorze horas, no Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha, em Porto Alegre. Também, foi apregoado o Memorando nº 006/17, de autoria de Paulo Brum, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, no dia vinte e quatro de agosto do corrente, em evento alusivo à Semana Estadual das Pessoas com Deficiência, às quatorze horas, na Prefeitura Municipal de Guaíba – RS. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, este em tempo cedido por Fernanda Melchionna, e André Carús. Na oportunidade, foi apregoado o Memorando nº 019/17, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, no dia vinte e um de agosto do corrente, em Sessão Solene da Câmara de Deputados em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis, às nove horas, no Plenário Ulysses Guimarães, em Brasília – DF. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 180 e 178/17, este discutido por Aldacir Oliboni; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 182/16 e 143/17 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 011, 012, 013, 014, 015 e 017/17, estes seis discutidos por Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Valter Nagelstein, Cláudio Janta, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais do que nunca, meu caro colega Matheus Ayres, nós precisamos debater a Câmara municipal aqui e as questões da municipalidade, mais do que nunca. A cada dia estamos vendo os conflitos acontecendo e se acumulando no Paço Municipal. Se fôssemos uma bancada de oposição tradicional, grenalizada, estaríamos batendo palmas. Não é o caso nosso aqui, muito pelo contrário, me dói profundamente ter que levantar a temática Prefeitura/Câmara/ações. O Prefeito nos manda pacotes e pacotes de projetos. O pacote da mobilidade urbana traz sete projetos, todos com lei ordinária. Eu fiz um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara, o nosso colega Cassio Trogildo, requerendo uma consulta sobre a questão da juridicidade desses projetos, porque aqui todos sabem que projeto de lei ordinária, Presidente da CCJ, Ver. Mendes Ribeiro, é maioria simples. Mas nós estamos tratando, na verdade, do sistema municipal de transporte; há projetos sobre ônibus, sobre táxis e aplicativos – está de fora apenas o lotação. Nós estamos tratando de um sistema.

Ver. Cecchim, eu não consegui ler direito, mas, nos projetos, não encontrei, regra geral, revogação de dispositivo; não encontrei revogações de decretos e de leis anteriores. Supõe-se que a revogação é tácita. E, tanto quanto eu aprendi até agora, isso até é possível, apesar de não ser normal na tradição jurídica desta Casa. Pelo que aprendi aqui nesses 20 anos, sempre se faz a revogação.

Este é um assunto seriíssimo. Esta Câmara tem altivez, tem independência, meu caro Presidente, Cassio Trogildo. Por isso, receba meu simples requerimento de ontem, anexados os pareceres aqui da Casa, porque V. Exa. e a Mesa podem refletir sobre a questão e talvez possam atendê-lo. Não estou dizendo que é pacífico. Acho que eu estou com a devida razão, mas, Presidente Cassio, V. Exa. sabe que eu sou um homem cordato e que busco o equilíbrio entre os Poderes, e é por isso que eu vejo com tristeza a saída de alguns Secretários com os quais vínhamos mantendo, nestes oito meses, um diálogo profícuo.

Mais uma vez me refiro ao discurso inicial de quando chegou aqui o Ver. Matheus Ayres, Ver. Robaina, chamando o verdadeiro diálogo. É isso o que nós queremos. No contraditório, Oliboni, é que se faz o bom debate, que se confrontam ideias e que se tira uma posição desta Casa que possa ser livre, autônoma e soberana. Mas se o Governo mantiver uma posição de enclausuramento na Praça Uruguai, as coisas não vão ficar bem. Não vão ficar bem! E eu, Ver. Valter Nagelstein – temos debatido algumas teses aqui –, não fico feliz com isso, muito pelo contrário. Eu quero, portanto, dizer que precisamos dialogar, repensar todas as questões da cidade de Porto Alegre. Estou nesta trincheira para o que der e vier.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aproveitando este espaço, eu quero suscitar os meus colegas, mas principalmente a minha Bancada, a nossa Bancada do PP, para que nós façamos uma análise crítica, no bom sentido, com o objetivo de ajudar, porque às vezes com crítica também se ajuda, minha Líder, Ver.^a Mônica Leal. Nós estamos enfrentando um começo de Governo do qual o nosso Partido foi protagonista e tem o Vice-Prefeito da Cidade, mas nós precisamos debater um pouquinho, ou quem sabe até um pouco mais, a situação do Município de Porto Alegre e da Prefeitura na sua realidade. Eu entendo que um Partido político, quando adentra um Governo, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, não pode só dizer amém, ele tem que questionar para melhorar as condições da Cidade. O que me passa a impressão do Governo Marchezan, que nós apoiamos, é que o Governo Marchezan quer ver, primeiro, Ver. Cecchim, o pior da Cidade, fazer o caos na Cidade para depois ressurgir como salvador. Mas essa ideia é perigosa. Haverá, sem dúvida, um sofrimento muito grande da sociedade porto-alegrense. A falta de diálogo é uma das questões fundamentais que prejudicam a administração municipal, porque quando está em nível estadual ou federal, sem dúvida, a amplitude é maior, é muito mais difícil, mas, ao mesmo tempo, cada região do Estado se administra com a sua situação, com a sua peculiaridade, com a sua produção e assim por diante. Mas, quando se está numa capital, sem dúvidas, o diálogo é fundamental. A capacidade crítica, Ver. Tarciso, da sociedade é bem maior. Ela está aqui direto, é município. Automaticamente, se não fizer essa interação com a sociedade, com a comunidade porto-alegrense, as circunstâncias, em relação às Secretarias ... Olha que eu fui aqui, até poderia ter sido interpretado por alguém, quando veio o Secretário Rosário aqui, que eu estaria tentando interferir. Não, eu estava mostrando uma realidade de uma secretária que, com vários ângulos, vários focos, seria muito difícil de administrar. Naturalmente, está aí a reportagem de hoje, a gente olha vários canais de televisão, e a Cidade está esburacada. E naturalmente, a SMOV, onde fui Secretário, e outros aqui foram secretários da SMIC, do Esporte e assim por diante, nos sentimos que elas estão muito fragilizadas, para não dizer que algumas estão sucateadas. “Mas vieram de outro governo” Comecem a reagir, comecem a dar uma estrutura diferente a essas secretarias e comecem a atender o cidadão lá na ponta. Essa reflexão, o nosso partido, protagonista com o vice-Prefeito, já perdeu, José Tarciso de Souza, dois secretários em sete meses. Isso parece... é fácil trocar por outro. Não! As circunstâncias da crise. E o Partido, no meu entender, precisa chamar o Prefeito, conversar com o Prefeito, dialogar com o Prefeito e dizer o que pensa o nosso Partido sobre essa ou aquela função. Não basta ter o Vice, não basta estar no Governo, sem ter participação efetiva e crítica. Dizer “amém”, volto a frisar, é muito simples para alguns políticos, mas para outros isso sai muito caro. Mas, automaticamente, a crítica construtiva. Às vezes, dentro do Partido, tenho me posicionado no sentido de que a gente tem agir nessas circunstâncias, mas me parece que não está surtindo efeitos. Automaticamente nós vamos perdendo a capacidade de

construir uma ideia partidária em relação não só ao que a Câmara quer, mas principalmente em relação ao que a sociedade quer do Prefeito e seus órgãos. Por isso vejo aqui, às vezes, fico imaginando o Líder do Governo, às vezes contrariado com sua ansiedade, que quer também ajudar e sente dificuldade, porque na realidade nós temos que tirar um pouquinho, ou um pouco muito grande, a paixão política para começarmos a agir na paixão de vermos uma cidade melhor para o cidadão porto-alegrense. Concluo desta forma: sem diálogo não há solução. Uma coisa é tu teres o aspecto crítico, outra coisa é dialogar aceitando as ponderações e fazendo a Cidade bem melhor.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo nosso Presidente da Casa, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. Hoje pela manhã, nós, enquanto Comissão de Saúde e Meio Ambiente, fizemos uma reunião muito importante para tratar do despejo do GAPA feito agora recentemente de um prédio do Centro da nossa Cidade. O GAPA, que trabalha diretamente com pessoas soropositivos, ou com Aids, na verdade foi despejado por uma ação judicial de um prédio onde tinha sua sede aqui no centro de nossa cidade de Porto Alegre. E, de pronto, o nobre Vereador Carús atendeu nosso pedido de uma reunião urgente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Casa para tratarmos do que será feito para poder acolher novamente o GAPA que congrega todas as entidades e instituições que tratam da prevenção à Aids ou das pessoas soropositivos. Importante salientar que depois de muito debate, conseguimos consensuar uma proposta para, em 15 dias, uma nova reunião com o Governo do Estado, com o Governo Municipal para poder, enfim, apresentar propostas que vêm desde a locação de um prédio, de um espaço ou a cedência de um prédio público, para que o GAPA possa novamente não só colocar seus arquivos, importantes da história desta Instituição, como também continuar o seu trabalho na luta de orientação, às entidades e aos portadores e soro positivo. Portanto, é louvável esse encaminhamento da Casa, a Câmara Municipal, através da Comissão de Saúde, que continuará nesse tema para poder atender uma necessidade desse segmento da Cidade. Mais do que isso, nós percebemos que o Município, infelizmente, acabou fechando o centro de testagem e acompanhamento que havia, Ver. Adeli, Ver. Robaina, ali no Postão da Cruzeiro. O único centro de testagem e acompanhamento da AIDS ou acompanhamento das pessoas soro positiva, que existia em Porto Alegre, ali no Postão da Cruzeiro. Foram transferidos, Ver. Janta, para outros órgãos do Município. Com isso se fechou a porta inicial para aqueles cidadãos e cidadãs que gostariam livremente, ou até mesmo o Município ou os profissionais médicos possam encaminhar e fazer essa testagem. Imaginem os outros programas que precisam não só do fornecimento da medicação, que é o coquetel, mas, principalmente, de um acompanhamento familiar;

num acompanhamento com o cidadão e a cidadã que muitas vezes ele não é, vamos dizer assim, bem atendido ou atendido a tempo.

Queria aqui também registrar e parabenizar os servidores do DMAE, além dos servidores, o Simpa, pelo excelente ato de abraço ao DMAE, agora ao meio-dia, na Rua 24 de Outubro, na sede do DMAE. O DMAE que nós tratamos aqui em Porto Alegre, que água é vida, água é saúde. Não tem como, e é claro, cada Vereador tem a sua posição, e cada um tem que respeitar, como tem o Governo, com o qual nós podemos não concordar com a ideia da privatização. Portanto, para bens aos servidores, parabéns ao Simpa, parabéns a todas aquelas entidades que estavam lá e mais precisamente um grande número de Vereadores, deputados Estaduais, como também o decano aqui, nosso colega Vereador, que foi há muito tempo diretor do foi também Prefeito da Cidade de Porto Alegre, o Ver. João Antônio Dib, portanto um símbolo, enfim, a história do DMAE, como também para a história dos servidores e a luta da não privatização do DMAE. Então, queria deixar aqui meu registro enquanto bancada, falo no período de Comunicações na cedência do espaço da Ver.^a Fernanda, mas, com certeza, fazendo essa interlocução de que, se depender de nós, estamos juntos nessa luta. Não à privatização!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Memorando nº 019/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na Sessão Solene em Homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis na Câmara dos Deputados, em Brasília, DF, no dia 21 de agosto do corrente ano.

O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, utilizo o espaço de Comunicações, primeiro, para registrar um momento importante que tivemos ontem aqui nesta Casa na aprovação por unanimidade dos colegas presentes da criação da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. Felizmente, a mobilização dos estudantes tem se demonstrado pacífica e em busca da manutenção de um direito que é importante e que existe há mais de 60 anos em Porto Alegre. No último dia 11 de agosto, que foi o Dia do Estudante, houve uma grande mobilização, milhares de jovens, de adolescentes percorreram as ruas centrais de Porto Alegre reivindicando a manutenção do meio passe frente aos projetos que alteram as regras de gratuidades, isenções do transporte público apresentada a esta Casa pelo Executivo. Tenho certeza que vamos desenvolver um trabalho muito profícuo na Frente, já na próxima semana vamos divulgar um planejamento e um cronograma das primeiras reuniões, e vou solicitar a todos os Vereadores, se não pessoalmente, por meio das suas assessorias, que participem, acompanhem essa discussão que, como eu disse ontem, não vai se limitar à estrutura interna ou ao espaço físico da Câmara. Queremos ir até as escolas, ir até as universidades, ouvir o setor privado que hoje é responsável pela

prestação do serviço de transporte em Porto Alegre, ouvir a Prefeitura, que é a autora dos projetos que propõe essas alterações, e vamos, sim, produzir um relatório consistente dessa Frente para colaborar e demonstrar que o desafio que nós temos é justamente garantir um serviço de qualidade no transporte público e um serviço que seja adequado e condizente com a necessidade da população. As regras cujas propostas buscam alteração não têm, em nenhum dos projetos, a justificativa de que o valor da passagem será reduzido; muito pelo contrário, o Governo admite que a passagem deve continuar aumentando nos próximos anos. Então é com muita transparência, com muita responsabilidade, ouvindo todos os segmentos interessados da sociedade civil, que nós vamos iniciar, já nos próximos dias, os trabalhos da frente.

Quero aqui fazer referência a um projeto de lei que protocolei hoje, seguindo o exemplo de uma proposta similar que aprovamos há poucos dias nesta Casa, cujos autores foram os Vereadores Dr. Thiago e Luciano Marcantônio, que criou uma Área de Preservação Permanente, por lei municipal, junto à Estrada Retiro da Ponta Grossa, acolhendo uma sugestão da Associação dos Moradores. A Praça Lagos é um patrimônio verde da nossa Cidade, fica no bairro Espírito Santo, na Zona Sul, na região da Vila Esplanada. É uma praça de grandes dimensões, com ótima frequência, bastante usada pelos moradores do entorno – não só do entorno, mas da Zona Sul da Cidade. Acolhendo ao movimento Praça Lagos Área Verde, protocolei hoje um projeto de lei que estabelece que uma fração dessa área pública deve ser considerada Área de Proteção Ambiental.

Uma verdadeira política ambiental a ser executada pelo Poder Público Municipal deve investir, sim, na conversão de áreas que estão dentro do espaço urbano em áreas verdes para que se preserve a fauna, a flora, a biodiversidade, os cursos d'água nesses locais existentes. Tenho certeza de que essa fração da Praça Lagos, que hoje se mantém preservada graças à ação da comunidade, ao cuidado permanente dos moradores que lá estão e que nos encaminharam essa sugestão, será muito importante, a exemplo de outras áreas que temos em Porto Alegre, como o Morro Ricaldone, por exemplo, em que a comunidade do entorno exerce um cuidado; e, num passado não muito distante, o próprio setor privado investiu no seu cercamento, para que a ação humana ou a urbanização desenfreada não deturpassem as condições naturais ou originais daquele local. Então fiz o protocolo desse projeto hoje, compartilho com vocês.

Uma das bandeiras do nosso mandato tem sido a promoção do meio ambiente e da sustentabilidade; não só do nosso mandato, mas também dos trabalhos que estamos executando à frente da Presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente com os demais colegas Vereadores, e outros temas que estamos discutindo aqui nesta Casa. Então compartilho com vocês e tenho certeza de que, ao longo da sua tramitação, os colegas Vereadores terão a oportunidade de conhecer a proposta e, ao mesmo tempo, também procurar aperfeiçoá-la, se assim for o caso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos para que, imediatamente, possamos entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1721/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 027/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que cria o Fundo Municipal de Defesa Civil (Fumdec).

PROC. Nº 1535/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que proíbe a realização, pela Administração Pública Municipal, de concurso público destinado exclusivamente à formação de cadastro reserva e dá outras providências.

PROC. Nº 1556/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 180/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que institui, no Município de Porto Alegre, o projeto Adote uma Lixeira. **Com Emenda nº 01.**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1833/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 182/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo e outro, que obriga a manutenção de equipe de brigada profissional composta por bombeiros civis nos estabelecimentos que especifica. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 1266/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/17, de autoria do Ver. André Carús, que institui a Feira da Praça Jaime Telles, destinada a comercialização de artesanatos, artes culinárias e produtos da economia popular.

PROC. Nº 2031/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/17, que estabelece normas gerais sobre vida útil e fomento à adoção de mecanismos de propulsão advindos de novas tecnologias ecologicamente sustentáveis nos veículos da frota do serviço público de transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 2.758, de 4 de dezembro de 1964. **Com Emenda nºs 01 e 02.**

PROC. Nº 2032/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/17, que fixa critérios para a utilização dos benefícios de isenção tarifária do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre. **Com Emendas nºs 01 a 06.**

PROC. Nº 2033/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 013/17, que dispõe sobre a Passagem Escolar e revoga a Lei nº 5.548, de 28 de dezembro de 1984, a Lei nº 6.431, de 3 de agosto de 1989, a Lei nº 6.998, de 10 de janeiro de 1992, a Lei nº 7.462, de 20 de julho de 1994, e a Lei nº 8.600, de 13 de setembro de 2000. **Com Emendas nºs 01 a 07.**

PROC. Nº 2034/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/17, que altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 11.768, de 5 de janeiro de 2015 – que estabelece que a concessão da isenção do pagamento da tarifa do transporte coletivo por ônibus aos soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e aos Guardas Municipais de Porto Alegre, desde que em horário de serviço, prevista na Lei nº 5.397, de 10 de janeiro de 1984, alterada pela Lei nº 7.017, de 27 de março de 1992, ocorrerá mediante o uso de farda ou a apresentação de Cartão de Isenção na forma de Passe Gratuito ou similar, emitido pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), estende essa isenção aos demais servidores de nível médio da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, aos soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul e aos demais servidores de nível médio desta corporação e revoga o art. 2º da Lei nº 5.397, de 10 de janeiro de 1984, alterada pela Lei nº 7.017, de 27 de março de 1992. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 2035/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 015/17, que autoriza a alteração da tripulação do sistema de transporte coletivo e disciplina o pagamento da tarifa no horário compreendido entre 22 (vinte e duas) e 4 (quatro) horas, revogando o § 4º do art. 1º da Lei nº 7.958, de 8 de janeiro de 1997.

PROC. Nº 2047/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/17, que revoga a Lei Municipal nº 5.624, de 18 de setembro de 1985, que estabelece a isenção do pagamento de tarifas de Transporte Coletivo do Município de Porto Alegre para as pessoas de mais de 60 (sessenta) anos, fixando disposição transitória para os atuais beneficiários de referida isenção. **Com Emenda nº 01.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, a todos que nos assistem. Tivemos a notícia do falecimento do Paulo Silvino, eu lamento, porque ele e Chico Anísio, para mim, foram os melhores comediantes que eu pude assistir, duas pessoas maravilhosas. Que Deus o ilumine diante de Sua face.

Ontem, no jogo entre Flamengo e Botafogo fiquei muito triste. A gente começa a ter a esperança de que o País vai mudar, um País que abriga todos negros, brancos, índios, alemães, japoneses, italianos, todos e, infelizmente, ainda temos um pouco de racismo. Eu me pergunto todo dia o porquê e não consigo entender. Eu vou citar aqui uma frase do Barack Obama: “Ninguém nasce odiando outro pela cor da sua pele, o seu passado ou a sua religião. As pessoas aprendem a odiar e, se elas aprendem a odiar, elas podem aprender a amar. Isso, porque o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto.” E ontem, durante a partida pela semi-final da Copa do Brasil, torcedores do Botafogo praticaram atos racistas, ofenderam familiares do jogador do Flamengo, Vinícios Júnior, que tem apenas 16 anos e é negro. Eu fico pensando, Cassiá, naquele time nosso de 1977, nós tínhamos muitos negros; o time de 1981 foi campeão brasileiro e também tinha muitos negros; o time de 1983 foi campeão da Libertadores, com muitos negros. E no Brasil, em todos os times, têm negros. Eu fico pensando: aquele torcedor que vai para o estádio, ele vai vibrar com o seu time ou ele vai para desabafar tudo aquilo que ele teve no dia em casa? Por quê, eu me pergunto, a cor negra? Por que somos massacrados, odiados? Nós ajudamos também, como todos os outros povos, a construir este País. Trouxeram os nossos antepassados acorrentados, como escravos, e mesmo assim eles construíram este País com amor. Eles trouxeram cultura, a culinária, a religião, tudo o que nós temos hoje aqui no Brasil, o samba. Eu me pergunto: que bem os nossos antepassados fizeram para este País e o que nós recebemos? Recebemos ódio. Nós demos flores, mas recebemos cobras. Por isso eu continuo sonhando em um dia não ter mais que falar em racismo, que um dia essas pessoas possam enxergar que somos seres humanos e não existe cor. Alguém já viu a cor, sabe da cor que temos por dentro, que temos no nosso interior? É a mesma cor de todos. Eu tenho certeza, sonho e rezo muito para que um dia os nossos filhos possam ter um lugar digno neste País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna para comunicar aos senhores Vereadores que a bancada do PMDB assinou uma nota de repúdio e encaminhou à bancada do PMDB no Congresso Nacional. Estamos repudiando a reforma política que está sendo engendrada no Congresso Nacional neste momento, com a implantação de um sistema que, no nosso entender, beneficia só a esse outro sistema podre e corrupto que aí está. É uma espécie de tábua de salvação ou de desespero que tentam alguns que se beneficiam desse sistema de lá permanecerem. Isso, no nosso entendimento, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, só contribui para o sentimento de revolta que a população brasileira tem em relação à política. E, por falar nisso, que triste momento que vive o Brasil nessa questão política! A democracia brasileira, Srs. Vereadores, virou uma espécie de esfinge. Para

quem não sabe, é aquele personagem mitológico egípcio com corpo de leão e cara de gente que diz a alguém que o desafia: “Ou me decifra, ou te devoro.” Parece que a política brasileira tem devorado o povo brasileiro e a sociedade brasileira! Eu não sei, Srs. Vereadores, se desde 1.500, quando esta terra foi descoberta pelos portugueses; não sei se desde 1.808, com a chegada da família real; não sei se desde 1.885, com a Proclamação da República; não sei se a partir de 1.982, com a redemocratização, mas essa esfinge vem devorando o brasileiro que não consegue decifrá-la e que vai se entregando. De tal forma que perde a esperança e a confiança naquilo que, por muito tempo, todos nós lutamos aqui, que é o direito de ter o voto, porque a partir do voto é exatamente que o povo pode ser senhor do seu destino e escolher quem o representa. Pois aquilo que nós tanto lutamos, que é o direito de escolher a quem nos representa, hoje muitos de nós já descreem do voto, acham que não vale mais a pena e sequer querem mais escolher aqueles que os representa porque acham, com muita razão, que o sistema está apodrecido, corrompido e que os políticos só fazem política para se beneficiar a eles próprios. Isso, meus amigos, atinge a nós, aos parlamentos, atinge a uma nova geração que é esterilizada, mas atinge, em última análise, ao Brasil, que vai ser vítima de uma eterna condenação, de uma espécie de maldição porque não vai a partir desse pensamento ter condição de sair desse buraco. Hoje pela manhã, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, com muita vergonha, eu ouvi, numa rádio da Cidade, a entrevista do Dep. Vicente Cândido, relator da reforma política, este que está defendendo a doação oculta. Ouvi também e fiquei chocado a entrevista do amigo Dep. Afonso Motta que defende o financiamento público. Cada vez mais estamos invadindo a liberdade do cidadão, cada vez mais impondo ao cidadão uma determinada visão, ou com lista partidária que as burocracias corruptas dos partidos vão escolher quem é o primeiro, quem é o segundo, quem é o terceiro, ou com financiamento público de campanha, que vai se deixar de botar em segurança, em estrada, em hospital, em creche para financiar esse sistema público. É isso que nós queremos?! Esse é o tipo de reforma que está sendo engendrada no Congresso Nacional? Pois as pessoas não se apercebem, parece que o Brasil é uma espécie de Curupira, aquele personagem mitológico que tinha os pés virados para trás, que andava nas florestas gambeteando, achando que enganava alguém. Nós estamos nos enganando a nós próprios, mas o povo sente isso. O pior é que o povo sente, mas não sabe como sair disso, ele acaba achando que a forma de sair disso é a negação da política, e não é só o povo. O Sr. Macedo, que tem um canhão na mão, que é a Rádio Gaúcha, vai se ufanar na rádio, como se fosse um grande cidadão, dizendo que não vota mais. Mas que exemplo que esse comunicador está dando, de condenação e de maldição desse próprio provo sofrido a nunca mais sair desse buraco que nós nos encontramos. O Congresso brasileiro hoje, Sr. Presidente, é dominado majoritariamente por três grupos: um grupo sindical ideológico, marxista, e é o grupo, normalmente, da extrema esquerda; um grupo patrimonialista, ligado às oligarquias brasileiras, que é o que tem de pior; e um terceiro grupo, Ver. Medina, não estou fazendo aqui...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...mas hoje composto por um grande movimento evangélico, que tem uma penetração muito importante nas camadas mais populares da população brasileira e faz um grande trabalho de levar esperança para um povo desesperançado. Esse é o Congresso, e esta reforma que está aí, ela está feita para que não se mude o estado de coisas, para que se retire do cidadão a primazia da sua liberdade de escolha.

De novo, e nós não estamos nos apercebendo, esta é a grande armadilha que está sendo posta para nós. O Deputado dizer que nós vamos ter que ter paciência, para experimentar três eleições... Vá experimentar ele na casa dele! Não com o povo brasileiro, que já não aguenta mais! Nós precisamos é de uma alternativa, em que as pessoas saibam que só elas são protagonistas do seu destino e conseguem encontrar uma saída.

Sr. Presidente, só um segundo para concluir, para lhe dizer que é como aquele marido, ou mulher, que tem um cônjuge adúltero, chega em casa e encontra o cônjuge no sofá praticando adultério. Muito revoltado, ele pega o sofá e joga fora. Não é essa a saída. Nós não podemos negar a política. A política é o instrumento permanente, inclusive, de redenção dos povos. Ao invés de jogar fora a política, nós temos é que nos aperceber da importância da política e da qualificação dos políticos como o único caminho para nós sairmos deste buraco e desta esfinge, Sr. Presidente, que há tanto tempo nos aprisiona. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara; a população que nos vê no dia de hoje falando acha que nós não nos preocupamos com os temas da cidade de Porto Alegre: transporte, segurança, educação, os projetos que chegam a esta Casa, a questão do IPTU, uma série de outros projetos. Mas nós discutimos a política, nós nos preocupamos com todos os projetos da cidade de Porto Alegre, esta Casa vai fazer audiências públicas, está debatendo esses projetos. Mas, no dia de hoje, nós não podemos nos furtar de discutir temas nacionais. Eu quero trazer aqui, além desse tema que o Valter acabou de discutir aqui, sobre o qual já falei na semana passada, um tema que está no jornal de hoje, que estive nas tevês de ontem à noite, nas rádios, que é a nova meta fiscal do Governo. Para as senhoras e senhores que estão em casa, que nos assistem, que nos ouvem, quando se fala em nova meta fiscal do Governo, é quando a gente está devendo e quer ampliar o que a gente deve. É isso! O Governo tem uma dívida, que chegou a R\$ 159 bilhões! São R\$ 159 bilhões deve o Governo que já fez contingência de dinheiro, de R\$ 42 bilhões de dinheiro da saúde, fez contingência de

dinheiro da segurança pública, fez contingência de dinheiro da Safra, fez contingência de dinheiro da educação. Só que este Governo, junto com a sua dívida de R\$ 159 bilhões, está liberando em torno de R\$ 8 bilhões ou R\$ 10 bilhões, Ver. Tarciso, para o Congresso Nacional de emendas parlamentares.

Este Governo, que já liberou R\$ 4,18 milhões de emendas parlamentar, tem mais cinco, Ver.^a Sofia, já liberado de emenda parlamentar e irá disponibilizar aos congressistas que estão na sua folha de pagamento, pode-se dizer assim. Porque o que se vê são absurdos sendo feitos no Congresso Nacional, absurdos como propor tirar R\$ 3,6 bilhões dos cofres públicos para financiar campanha política. Isso é um absurdo. Nenhum de nós aqui fez campanha política com dinheiro público, nenhum de nós está propondo fazer campanha política com dinheiro público. Com esses R\$ 3,6 milhões, com certeza, dá para ajudar muito o Hospital Cristo Redentor, dá para ajudar muito a Santa Casa de Porto Alegre, dá para abrir muitos postos até as 22h, dá para ajudar o Hospital Presidente Vargas, o Hospital de Pronto Socorro, dá para ajudar o Hospital Conceição, dá para investir muito na educação básica, dá para investir muito para pagar o ProUni, que muitas não estão recebendo.

Além disso, o Governo propõe a reoneração – reoneração! –, Ver. Oliboni. O Governo quer reonerar, quer aumentar os encargos da folha de pagamento, dizendo que o que gera o grande desemprego no Brasil é o salário dos trabalhadores. Além disso, o Governo reduz em R\$ 10,00 o salário mínimo – olhem que vergonha, que absurdo isso! Este Governo que se garante no Congresso Nacional comprando emendas parlamentares, emendas que eram para vir direto para os Municípios, que é dinheiro advindo de impostos arrecadados de cada um dos cidadãos brasileiros que é destinado exclusivamente para um ou dois políticos que estão lá defendendo os interesses do Presidente da República e não os interesses do povo brasileiro, não os interesses desta Nação. Isso é uma vergonha! Viemos aqui dizer que este Brasil, esta Pátria amada, esta Pátria gentil tem que se levantar; este gigante parecia que estava acordando, mas, a cada dia, está adormecendo, pois fica aceitando esses absurdos, como a meta fiscal de...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: ...de R\$ 159 bilhões, onde o Presidente, no mesmo dia em que anunciou esse rombo nos cofres, disse que disponibilizará de oito a dez bilhões para o Congresso Nacional e reonerar a folha de pagamento. Senhores empresários, parem de dizer que o culpado de tudo são os seus colaboradores, os seus parceiros, os trabalhadores; o culpado de tudo é quem entra na nossa casa, de manhã, quem está junto da sua empresa, e não foi convidado para essa festa pobre, que é o Governo, que come e bebe às custas do povo brasileiro, às custas da indústria nacional, às custas da pequena e média empresa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Presidente Cassio; Ver. Medina, obrigado pela ajuda na inscrição; aos telespectadores da TVCâmara; Vereadoras e Vereadores que estão aqui conosco, o tema que me traz à tribuna é, sim, a política municipal, o que ocorre em Porto Alegre, embora seja evidente que nós temos uma crise nacional com o governo ilegítimo marcado por escândalos e corrupção inimagináveis, um governo que ataca a classe trabalhadora e a classe média no País, e que, evidentemente, não desafia nem as castas privilegiadas e corruptas e muito menos a elite econômica, que recebe, como renda, mais de R\$ 5 milhões por mês e, em contrapartida, paga tributos referentes a 7% da sua renda, quando o imposto que ataca a folha de salário, que ataca as mercadorias e o consumo é muito mais elevado.

Então nós temos uma crise nacional, mas nós também temos um grave problema no Município. O Ver. Oliboni se referia à mobilização de hoje, uma mobilização em defesa do DMAE, do serviço público, que contou – isso foi muito significativo – com vários Vereadores e Vereadoras e que contou também com três ex-Prefeitos: Raul Pont, José Fortunati e João Antonio Dib. O Governo Marchezan, com seu propósito de privatizar o DMAE, na verdade promove mais um ataque – não é o único. As propostas do Governo Marchezan em relação ao serviço público, de modo geral, são propostas de arrocho salarial generalizado, corte de direitos, corte salarial, diretamente, assim como as propostas do Governo Marchezan para o transporte público também são propostas que têm, como essência, o corte de direitos, como a redução da segunda passagem, que atinge diretamente mais de 60 mil pessoas, medidas que, na verdade, atacam apenas os interesses da classe média e da classe trabalhadora.

O Governo Marchezan, além dessas medidas, é o Governo que não tem resolvido nenhum problema na ponta: não há obras, não há melhoria nos bairros populares, onde não há investimento, de tal forma que o Governo tem preparado uma crise na Cidade. O Governo está, com a sua política, levando Porto Alegre a uma crise. O Governo consegue enfrentar, de modo sistemático, vários atores: os servidores, as pessoas que necessitam de transporte público, a cultura, as pessoas que trabalham no carnaval, convivendo com ele, os professores municipais; então é um Governo que ataca todos os setores. Isso tem levado o Governo a um isolamento, isso é uma mudança, inclusive, de conjuntura em Porto Alegre. Não é à toa que o Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico pediu demissão – isso também é expressão de um crescente isolamento do Prefeito Marchezan, que segue uma linha de ajuste fiscal generalizado, sem diálogo com a sociedade, desrespeitando os servidores públicos, não atendendo minimamente as demandas populares e adotando medidas autoritárias, como é o caso da medida que prevê o fim da segunda passagem. Sem ter o apoio na Câmara de Vereadores, o Prefeito Marchezan aposta no decreto; então o fim da segunda passagem foi por decreto! Portanto, é um Governo que, na verdade, mostra um grau de incapacidade para gerenciar uma cidade com a complexidade de Porto Alegre. Temos feito um chamado para a Câmara de Vereadores ter a responsabilidade – infelizmente

ainda não está sendo cumprido –, o desafio de, não só impedir que reformas antipopulares, que provocam o sacrifício do povo, sem resolver os problemas da Cidade, sejam aprovadas, mas também pensar em reformas concretas melhorar a vida das pessoas da cidade de Porto Alegre. O Governo Marchezan é um Governo que tem se demonstrado incapaz de encaminhar esse tipo de solução. Essa é a compreensão do PSOL, e o desafio está posto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Podemos falar dos dois temas de uma maneira muito tranquila e unificada. Nacionalmente, o nosso repúdio a qualquer alternativa que não garanta a proporcionalidade partidária, o financiamento público de campanha e, quiçá, o avanço para o fim das coligações, para que a população possa ver a nitidez partidária, através de lista. Chega desses partidos de aluguel, desses partidos que não se comprometem com o resultado de suas alianças, que fazem as alianças espúrias, que compõem coletivos, que vendem os seus votos e, depois, não são eles, não são as suas caras, se juntam na próxima eleição com outros. Eu acho que é isso que poderia fazer avanços, mas nós não temos ilusão que esse Congresso golpista e que, agora, recentemente, se vendeu escancaradamente, vergonhosamente para não aceitar a denúncia de um Presidente ilegítimo e corrupto! Esse Congresso não vai fazer qualquer mudança no sistema político eleitoral que traga avanços. Nós não temos ilusões! Somente a mobilização social, nas ruas, que pode fazer alguma transformação.

O que eu quero tratar aqui tem a ver com isso: é o enfrentamento que estamos fazendo em Porto Alegre a um Governo representante do ultraneoliberalismo e que não esconde que tem um objetivo estratégico, claro, que são os PPPs, que é a privatização, que é entrega de fatias do patrimônio público, do serviço público como mercadorias a serem exploradas pela iniciativa privada. É absolutamente claro e desrespeitoso com a construção da história da cidade de Porto Alegre. Hoje houve um grande abraço, ao meio-dia, no DMAE. Foi um abraço muito cheio e representativo de funcionários do DMAE, sim, mas de lideranças políticas de todos os partidos, de ex-diretores do DMAE, ex-prefeitos de Porto Alegre, população da cidade de Porto Alegre, lideranças sociais, lideranças comunitárias, porque a iniciativa de retirar da Lei Orgânica a cláusula que determina que o saneamento será público, coordenado pelo Poder Público, essa determinação deixa muito claro que o Prefeito quer vender o DMAE, quer privatizar o saneamento na cidade de Porto Alegre. Todos os indicadores dizem que o DMAE é uma força fundamental da Cidade, e todas as privatizações que aconteceram já têm análises, evidências estão sendo retomadas, em Paris, em Buenos Aires são emblemáticas, e três questões foram básicas para ser retroagida a privatização da água nessas cidades. Um: subiu o preço da tarifa de água onde se privatizou; dois: diminuiu o investimento em saneamento em água, em expansão de rede, em tratamento

de esgoto – diminuiu; três: os governos perderam capacidade de incidência sobre a sua cidade, perderam protagonismo, perderam força para melhorar a qualidade de vida da sua cidade. Então está dito, está feito, por que Marchezan quer fazer? Porque tem um grupo que ele representa; ele não representa a cidadania nem a Cidade, Ver. Oliboni, Ver. Adeli – eu falo em nome da bancada do PT –, representa interesses econômicos, interesses especulativos.

E hoje à tarde, o abraço será ao Mercado Público, da mesma forma. Sobre o Mercado Público eu recebi resposta do Pedido de Informações, ele é equilibrado financeiramente, os permissionários e a concessão de uso, e isso que um terço do Mercado não está cedido para uso, para exploração, perfeitamente garantem a sustentabilidade do Mercado Público, moderno, limpo, eficiente e inclusivo, e na mão do Governo para fazer atividades culturais dos movimentos sociais, para usar os espaços. Porque, na hora em que privatizar, que é o que o Prefeito Marchezan vai fazer, já decidiu que vai abrir um edital de manifestação de interesse de negócios, pois a hora que privatizar o Mercado Público não tem mais reunião, manifesto do povo negro, reunião de Orçamento Participativo, será tudo vendido, locado porque essa é a lógica da entrega do patrimônio público para a iniciativa privada. Então Marchezan terá um combate muito forte, continuado e contundente da Bancada do Partido dos Trabalhadores porque não faz bem ao interesse da Cidade! Não faz bem quando destrói o funcionalismo público.

Por fim, encerro dizendo que nós fomos ao ato a que o funcionalismo chamou na frente da Prefeitura. E é muito dramática a sensação dos funcionários e das funcionárias. Funcionária da saúde que já, há sete anos, completou o tempo de aposentadoria me dizendo: “Sofia, eu saio, uso a minha Licença Prêmio, ou saio já em LAA?” Nós estamos dispensando, empurrando para aposentadoria, enfermeiras qualificadíssimas, médicos, professores, engenheiros, toda a capacidade de conhecimento acumulada nesta Cidade está sendo empurrada para sair do serviço público pela nefasta política de criminalização e de retirada de direitos do serviço público. Então, fora Marchezan; fora sua fúria privatizadora; não serve aos interesses da Cidade. Ele só está tentando isso porque está suprimindo democracia. Mandou para cá um projeto mudando o poder dos conselhos na Lei Orgânica, porque não quer o povo participando. Por favor, Marchezan, “despacito”, eu diria: devagar, recua, chama a Cidade, tu não estás aqui nomeado para vendê-la; estás aqui para mostrar competência e governá-la para o interesse público.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já tinha dito antes no período de Comunicações que este é um dia eminentemente para discutir coisas da Cidade e a vida tem nos facilitado de várias maneiras, algumas de

forma que eu não gostaria de aproveitar, como é o caso de saída de pessoas do Governo. Também não gostaria de estar aqui discutindo esse monte, esse pacote de projetos da mobilidade urbana, são vários os projetos. Quero mais uma vez chamar a atenção de todos os Vereadores, é a terceira vez que eu venho aqui para dizer que todos os projetos de transporte são projetos de leis ordinárias, de maioria simples. Nós estamos tratando, na verdade, do sistema municipal de mobilidade urbana. Essas leis ordinárias estão falando de algumas leis complementares e de artigos de leis complementares. Eu pergunto: é legal, é correto, tem juridicidade? Na minha opinião, não. Aqui nós já temos um grande problema, e sei por que isso acontece, as coisas são feitas no afogadilho, de forma mandonista e autoritária. Se esses projetos passassem efetivamente pelos grupos organizados da douta Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre...E ninguém pode vir aqui desclassificar os seus Procuradores, porque são valiosos.

Dias atrás, eu vim aqui, Ver. Oliboni, para dizer que foi formado na Prefeitura um grupo que está trabalhando num decreto – eu tinha até apresentado um projeto, já retirei – que trata do art. 1276 do Código Civil, que é a encampação de terrenos. Perfeito, corretíssimo, em excelente hora. Por que esses Procuradores, que têm esse acompanhamento, essa história, esse conhecimento, não são chamados para elaborar esses projetos de lei? Estou falando de transporte, poderia começar falando aqui também do que a Ver.^a Sofia mencionou, ou seja, dos conselhos, os quais já têm um documento pronto para questionar da A à Z o projeto que muda os conselhos, completamente desequilibrado, sem base. E vou desmontar ponto por ponto, com muita tristeza, porque podíamos estar usando esse tempo para construir o melhor futuro para Porto Alegre. Fala-se na imprensa – e só tem chute na imprensa – em mobiliário urbano, mas daí não vem projeto. Por que não nos apresentam o projeto do mobiliário urbano? Mas como um todo. Por que não nos apresentam, então, em vez desses Projetos de Lei nº 011, nº 012, nº 013, nº 014, nº 015 e nº 017? Esses são todos, na minha opinião, problemáticos, com lacunas jurídicas gravíssimas, porque deveríamos receber aqui um Projeto de Lei Complementar, retomando e criando o sistema municipal de mobilidade urbana, aí inserindo cada artigo, vários desses que estão aqui, como um projeto de lei separado. “Vou discutir como lei ordinária, eu tenho 19 pessoas no Plenário, tenho dez votos, ganhei a parada”. Será que se sustenta, quando for promulgado, na Justiça no dia seguinte? Eu duvido, porque ainda neste País, enquanto não vier uma ditadura mais forte da que já temos, o Judiciário...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, os colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha nossa Sessão no dia de hoje. Inscrevi-

me aqui para falar em período de Pauta porque há vários projetos de lei, alguns não deixam de ser importantes, outros não deviam estar aqui em pauta, porque tem um encaminhamento muito óbvio, feito pelo Líder do Governo, e eles continuam em pauta, eles tratam das isenções no transporte coletivo de Porto Alegre.

Eu percebi aqui que, em 1ª Sessão, temos um projeto do Ver. Mauro Pinheiro que não deixa de ser interessante, à medida que ele, através do Projeto de Lei nº 178/17, proíbe a realização, pela Administração Pública Municipal, concurso público para formação de cadastro reserva. Nós sabemos que, quando acontece isso, é reserva mesmo, porque não chama, passam dois anos, passam quatro anos, e acabam não chamando. Acho que é importante fazer concurso público quando tem vaga, quando tem possibilidade de chamar. Isso acontece hoje, é um drama em todas as áreas, principalmente na área da saúde, onde vai ao limite do limite – dois anos, quatro anos –, para chamar seus servidores.

Quero fazer aqui um destaque a alguns projetos de lei que infelizmente continuam tramitando. Um deles “autoriza a alteração da tripulação do sistema de transporte coletivo e disciplina o pagamento da tarifa no horário compreendido entre 22 (vinte e duas) e 4 (quatro) horas”, e há a questão dos cobradores. É lamentável, porque o Governo afirma para nós, através dos seus representantes, que nenhum cobrador será demitido. Não é verdade, porque o que diz no projeto de lei é o contrário. Vou ler o art. 1º e os incisos. “Art. 1º: A tripulação do sistema do transporte coletivo de ônibus, composta por motorista e cobradores, poderá sofrer redução gradativa de sua composição, com a exclusão dos cobradores nas seguintes hipóteses: Inc. I – Rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do cobrador.[Claro que o cobrador não vai pedir as contas. É óbvio, ele fez concurso, ele tem o direito de ser servidor público. Dificilmente vai pedir as contas.] Inc. II – Despedida por justa causa [Vai haver uma perseguição – não estou suspeitando, já existe hoje – para poder criar uma ideia de justa causa, lamentavelmente.]; por aposentadoria [É um processo normal, mas sabendo que o funcionário público vai-se aposentar, ele terá que sair.]; interrupção ou suspensão do contrato de trabalho [É uma iniciativa do próprio empregador, no caso o Município.]; e na prestação do serviço aos domingos, feriados e passe livre.” Aqui, precisamente, o que se percebe é uma redução gradativa do passe livre, lamentavelmente. Já aconteceu aqui em Porto Alegre. Nós temos o direito de ter, a cada mês, um dia de passe livre, e o Governo Marchezan já tomou algumas atitudes, inclusive no dia da vacinação, que é de extrema importância para os cidadãos, não autorizando o passe livre.

A população tem razão, Ver. Cassiá, à medida que o servidor público, o cidadão, acaba se indignando com a política, com os políticos e com aqueles que, na verdade, quando candidatos, dizem uma coisa e, quando ganham a eleição, dizem outra. Eu ouvi um jornalista numa rádio hoje, aqui em Porto Alegre, dizendo que, infelizmente, este Prefeito também mentiu, está mentindo, porque disse que não ia aumentar impostos e vai querer aumentar através do IPTU. Ele disse que não ia fazer algo e está fazendo em várias áreas.

Então, é aquilo que vários Vereadores aqui levantaram no período de Liderança. Estes três pacotes que vieram no período de 15 dias são uma declaração

clara e precisa da desarticulação ou da falta de unidade e de posição política do Governo. Não é por acaso que alguns representantes seus, que estão no núcleo do Governo, estão saindo. Há uma crise institucional no Governo Marchezan, com certeza. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Cassio, senhoras e senhores, primeiro gostaria de dizer que fiquei muito contente porque definimos hoje de manhã, na reunião de líderes, que vamos votar na quarta-feira as duas Comissões Especiais, a do transporte, que vai tratar de todos esses projetos que estão na 2ª sessão de pauta de hoje; e a dos projetos do funcionalismo; então será na quarta-feira que vem. A do transporte é de iniciativa do Ver. Janta e a do funcionalismo é de iniciativa do Ver. Dr. Thiago. Nós estamos apostando em uma profunda discussão nesta Casa, mas não uma discussão sem interlocução. Não é possível que nós tratemos do caso do transporte público, da vida das pessoas, da vida dos estudantes, da vida dos idosos, da Carris, sem chamar a população envolvida, sem chamar o público específico atingido. Então o Comui, o Conselho Municipal do Idoso, tem discutido esse tema, todo aquele povo usuário das praças e parques da Secretaria de Esportes sabe da importância de conseguir se deslocar de ônibus, de sair de casa, sair do isolamento, porque sai do lugar da doença para o lugar da saúde e vai para a atividade coletiva, atividade física recreacional. Então não dá para olhar dessa maneira preconceituosa que muitos olham: que gratuidade, por que os velhinhos querem ficar andando de ônibus!? Nós temos que olhar o que significa a qualidade de vida do transporte público, quando ele atende a pessoa com deficiência, quando ele atende o idoso, quando ele atende e garante o acesso à educação, porque a educação pública está prevista na legislação federal, é obrigatória dos quatro aos dezessete anos. Se ela é obrigatória, não pode haver barreiras para frequentar a educação. E uma das barreiras é, sim, o transporte, porque o Ensino Médio está centrado no centro de Porto Alegre. Não tem escola de ensino médio, não tem vagas suficientes na periferia da Cidade. Então é obrigação pública financiar a passagem dos jovens. Já a evasão enorme que temos tem a ver com distância, tem a ver com dificuldade de sobrevivência da nossa juventude. E a má qualidade, muitas vezes, ou a falta de resultado tem a ver com o isolamento, com o gueto, com a nossa juventude não tendo acesso aos bens culturais da cidade de Porto Alegre.

Agora, sobre o tema do funcionalismo eu também queria chamar a atenção. Quanto aos projetos do funcionalismo, e eu ontem conversava com alguns colegas, o drama e o desespero de uma profissional, mãe de família, que tem 30 horas até o dia 30 de outubro e, no dia primeiro 1º de novembro, pode passar para 20 ou de 40 passar para 30. Ter uma redução brutal, além de, anualmente, ter essa espada na cabeça, com a insegurança se ele vai ter menos de 50% do salário ou 100% do salário. Como pode um

governo achar que pode massacrar dessa maneira o seu funcionário municipal. Hoje, o elogio que fazia o ex-Prefeito Dib aos funcionários do DMAE, no abraço ao DMAE, era a extrema qualidade que o corpo funcional do DMAE construiu. E isso não se constrói de uma hora para outra. A funcionária mais antiga, presente lá, que agora não lembro o nome, foi a que inovou, que sugeriu colocar o flúor na água. E o DMAE foi precursor de uma política pública para a sociedade e que reduziu as cáries. Nós hoje somos de uma geração, os nossos filhos são de uma geração que não tem cárie na boca por esta política pública. Isso é fruto de anos de acúmulo. Um acúmulo que só é possível no serviço público continuado, pesquisado, refletido. Quando se atinge o funcionário municipal, retirando a licença prêmio para a capacitação, retirando o incentivo trienal, o incentivo aos 15 e 25 anos, está-se desestimulando essa carreira qualificada, essa qualificação permanente. Então não é este olhar preconceituoso, acusatório, incorreto, dizendo que o funcionário público tem privilégios e é só tirar, tem de tirar. Esse olhar é equivocado. O que se atinge não é o funcionário e suas famílias, o que se atinge é a política pública essencial para a cidade de Porto Alegre. É assim que nós queremos fazer o debate nesta Casa...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...É dessa maneira Presidente, é por isso que nós estamos apostando numa Comissão Especial, e apostando que o conjunto de Vereadores não olhem para esses projetos como uma contingência. É necessário, tem de fazer, tem de cortar na carne. Isso é balela, ontem as máscaras dos funcionários com nariz de pinóquio para o prefeito denunciavam isso. O Prefeito manipula os dados, inclusive dados econômicos, por que ele continua nomeando os seus apadrinhados. Ele nomeou, recentemente, o coordenador do Banco de Talentos. Ora, Banco de Talentos fazia a seleção de profissionais qualificados, capacitados. Não tenho nada contra quem tem Ensino Superior, mas o coordenador do Banco de Talentos, um trabalho gratuito, virou CC, e tem Ensino Médio. Então é mentira, é falcatura, é apenas para inglês ver essa falsa democratização do Prefeito Marchezan. Portanto, não aceitaremos que mentiras acabem com o funcionalismo público e com a qualidade de serviço que a cidade de Porto Alegre tanto precisa e custou tanto a construir.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h34min.)

* * * * *